

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de orientar a formulação de políticas públicas relativas ao ensino fundamental, decidiu contratar serviço de consultoria para a realização de estudos acerca do impacto da violência doméstica na aprendizagem.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 76** Para a contratação do referido serviço, o MEC pode optar pela realização de uma licitação de tipo técnica e preço.
- 77** Para a contratação do referido serviço, o MEC pode utilizar a modalidade concorrência, mas não pode utilizar a modalidade concurso.
- 78** A escolha da modalidade licitatória para a contratação do referido serviço configura exercício de poder discricionário.
- 79** Considerando que a Universidade de Brasília (UnB) é uma fundação pública incumbida da realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, é correto afirmar que a UnB poderia ser contratada sem licitação para prestar a referida consultoria.

Com relação a concursos públicos, julgue os itens que se seguem.

- 80** A Constituição da República atribui expressamente o dever de realizar concursos públicos às administrações direta e indireta, mas não à administração fundacional, motivo pelo qual seria constitucional que uma lei ordinária federal eximisse as fundações públicas voltadas à educação do dever de realizar concurso público.
- 81** Um sistema de cotas que reservasse para negros 10% das vagas de concursos públicos federais somente poderia ser estabelecido mediante emenda à Constituição da República.
- 82** Não violaria a Constituição da República uma lei ordinária federal que fixasse em 10% o percentual de cargos e empregos públicos a serem reservados, nos concursos públicos, para pessoas portadoras de deficiência.

Acerca das licitações e dos contratos celebrados pela administração pública, julgue os itens seguintes.

- 83** A forma escrita é requisito de validade de todos os contratos celebrados por instituições públicas de ensino, inclusive no caso de pequenas compras de pronto pagamento.
- 84** Para o direito administrativo, uma licitação é inexigível quando, apesar de haver condições de competitividade que tornam possível a realização de procedimento licitatório, a lei não exige a sua realização.
- 85** Dada a necessidade de preservar a livre concorrência, é vedado que o edital de uma concorrência pública referente à aquisição de bens de informática determine que, se as duas melhores propostas forem equivalentes, um concorrente que houver ofertado bens produzidos com tecnologia desenvolvida no Brasil terá preferência sobre um concorrente que houver ofertado bens produzidos no país com tecnologia desenvolvida no exterior.

86 Nos casos em que a lei exige a realização de licitação prévia para a contratação de serviços de informática, é vedado que a administração pública opte pela modalidade de pregão.

87 Em uma licitação que adote a modalidade de pregão, não é necessário publicar no diário oficial a íntegra do edital de licitação.

88 Na etapa competitiva de um pregão, somente podem oferecer lances os participantes cuja habilitação houver sido previamente aferida pelo pregoeiro.

A União pretende instituir uma nova universidade federal que será chamada de Universidade do Mar (UMAR), pois terá como objetivo a formação de profissionais ligados à exploração de recursos marinhos. A UMAR deverá ter sede em Fernando de Noronha – PE e adotar a forma de uma fundação com personalidade de direito privado.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 89** Para a criação da UMAR, é preciso que a União lhe confira uma dotação inicial suficiente para que a fundação realize suas finalidades, pois, diferentemente das autarquias, as fundações não podem depender de verbas orçamentárias da União.
- 90** A fixação das competências da UMAR somente pode ser feita mediante lei complementar específica.
- 91** A União não poderia converter a UMAR em uma organização social porque o ato de criação de uma fundação é irrevogável e, portanto, nem mesmo a lei pode mudar a destinação dos bens que compõem o patrimônio de uma fundação pública.
- 92** Não obstante a UMAR ter personalidade jurídica de direito privado, incidiriam sobre ela as mesmas regras de licitações que são aplicáveis às autarquias federais.

Para criar o *campus* da Universidade do Mar (UMAR), a União decidiu desapropriar uma determinada parcela do território de Fernando de Noronha – PE, parcela esta que abrange terras estaduais, municipais e particulares.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 93** Para fins de constituição do referido *campus* universitário, a União não poderia desapropriar terrenos de propriedade do estado de Pernambuco – PE, exceto se contasse com a autorização do governador do estado ou da Assembléia Legislativa pernambucana.
- 94** A indenização das terras de propriedade particular deve ser prévia e a remuneração dos particulares pode ser feita tanto em dinheiro quanto em títulos da dívida pública.
- 95** Se, por um erro na medição das terras, a União ocupasse parte de um terreno particular que não havia sido desapropriado e, nele, construísse o prédio da Faculdade de Ciências Biológicas da referida universidade, o proprietário do terreno teria o direito de retomar a posse de seu terreno, desde que indenizasse a administração pública pelas benfeitorias nele realizadas.

Considerando que a UMAR é uma fundação pública, julgue os itens que se seguem.

- 96** Seria constitucional que um decreto do presidente da República extinguisse cargos de professor da UMAR, desde que eles estivessem vagos.
- 97** A Constituição da República veda a atribuição de poder de polícia a pessoas contratadas por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- 98** Se o diretor da Faculdade de Ciências Biológicas da UMAR solicitasse a uma secretária da referida faculdade que realizasse uma ligação telefônica para a reitoria da UnB, esse pedido configuraria exercício do poder hierárquico.
- 99** Se o diretor da Faculdade de Ciências Biológicas da UMAR determinasse a uma secretária da referida faculdade que notificasse a reitoria de que um determinado professor não comparecera ao trabalho por mais de trinta dias, essa comunicação configuraria exercício de poder disciplinar.
- 100** Se um professor da UMAR constatasse que ele havia calculado erroneamente a nota final de um determinado estudante e que, em virtude desse equívoco, o referido aluno havia sido reprovado em uma certa disciplina, o professor poderia providenciar de ofício a retificação da nota do estudante, mesmo no caso de já haver expirado o prazo de recurso contra a reprovação.

Rodrigo, estudante do curso de Oceanografia da fundação pública Universidade do Mar (UMAR), faltou a oito aulas da disciplina Introdução à Oceanografia e, como essa disciplina tem trinta aulas, o professor reprovou Rodrigo, em respeito à regra legal que determina como requisito para a aprovação uma frequência mínima de 75% das aulas. Rodrigo, porém, considerou ilícita a sua reprovação, pois ele havia demonstrado tempestivamente ao professor que duas de suas faltas eram justificadas nos termos do estatuto da UMAR e que este diploma normativo determinava que as faltas justificadas não deveriam ser contabilizadas para fins de aferição de assiduidade.

Em face dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

- 101** Rodrigo poderia pleitear a anulação judicial da referida reprovação, mesmo que não houvesse esgotado todos os recursos administrativos possíveis contra o ato de reprovação.
- 102** A reprovação foi resultado da omissão do professor em abonar as faltas justificadas de Rodrigo e, portanto, a UMAR não tem responsabilidade civil objetiva de reparar eventuais danos materiais que a reprovação cause a Rodrigo.
- 103** Se a UMAR demonstrasse que o professor agira dolosamente, ela não poderia ser condenada a indenizar Rodrigo por danos morais, pois o dolo do agente público elide a responsabilidade do Estado.

Um professor que determina a reprovação de um estudante por este não ter alcançado o nível mínimo de presença às aulas fixado em lei pratica um ato administrativo

- 104** que não caracteriza exercício de poder hierárquico.
- 105** que caracteriza exercício de poder vinculado, pois, como o estudante não alcançou o mínimo de assiduidade, o professor tinha o dever de reprová-lo.

Um estabelecimento bancário firmou contrato de empréstimo com uma pessoa jurídica. Vencido o prazo contratual, a devedora, não dispondo de condições de saldar o débito, renegociou a dívida e assinou um contrato de adesão, no qual o saldo devedor foi apurado com base nas regras estabelecidas no título, acrescido de juros remuneratórios, capitalização de juros e comissão de permanência.

Diante da situação hipotética acima descrita, e consoante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens a seguir.

- 106** Proposta execução contra o devedor, este poderá embargá-la alegando nulidade da cláusula do contrato renovado relativa à capitalização de juros.
- 107** Após o vencimento da obrigação, os juros remuneratórios e a comissão de permanência podem ser cobrados no mesmo período de inadimplência, de forma cumulada.

A respeito dos contratos em espécie, julgue os itens que se seguem.

- 108** A morte do locatário afiançado não acarreta a extinção da fiança e a conseqüente exoneração da obrigação do fiador quando o contrato prevê a subsistência da obrigação, de forma solidária, até a efetiva entrega das chaves, responsabilidade que também deve ser estendida à sucessão.
- 109** Sendo entregues a uma firma especializada 1.200 sacas de feijão para depósito, guarda e conservação, pelo prazo certo de trinta dias, findo o prazo ou solicitada pelo depositante a restituição do produto ou o seu equivalente em dinheiro, o depositário deverá cumprir corretamente o avençado. Ocorrendo a recusa do depositário em restituir ou substituir a coisa, poderá o depositante valer-se da ação de depósito.
- 110** No contrato de depósito de bem fungível, enquanto não for pedida a restituição da coisa pelo depositante, este se incorpora ao patrimônio do depositário.

A Companhia de Seguros S.A. propôs ação de ressarcimento em desfavor da Transportadora Fiel Ltda., sob o argumento de ter efetuado pagamento à Mercado Rápido — proprietária da carga — de indenização estipulada no contrato de seguro de transporte com ela celebrado, em razão de ter havido roubo, mediante assalto à mão armada, da carga transportada pela Transportadora Fiel.

Considerando a situação hipotética descrita acima e com referência ao contrato de transporte, julgue os itens subseqüentes.

- 111** O pedido formulado na ação regressiva deve ser julgado procedente, para se determinar que a empresa transportadora reembolse a seguradora do valor que pagou à proprietária da mercadoria roubada, uma vez que a culpa da transportadora é presumida e não admite prova em contrário.
- 112** No contrato de transporte cumulativo, em que vários transportadores efetuam, sucessivamente, o deslocamento de coisas, cada transportador se obriga a cumprir o contrato relativamente ao respectivo percurso; se, em tal percurso, a coisa transportada for danificada, o transportador em questão responderá pelo dano.

Com relação à prescrição e à decadência, julgue os itens a seguir.

- 113** A prescrição e a decadência são prazos extintivos, sendo que a decadência começa a correr, como prazo extintivo, desde o momento em que o direito nasce, enquanto a prescrição corre a partir da violação do direito, porque é nesse momento que é gerada a ação contra a qual se volta a prescrição.
- 114** No caso de prescrever obrigação solidária ou indivisível, a renúncia feita por um dos devedores não restabelece a obrigação dos demais coobrigados, não renunciantes, passando o renunciante a responder, individualmente, pelo cumprimento integral da obrigação.

Acerca dos contratos, julgue os itens seguintes.

- 115** A cláusula resolutiva tácita está implicitamente inserida em todo contrato bilateral. Apesar de o inadimplemento conferir pretensão de rescisão contratual à parte prejudicada, esta última não pode considerar o ajuste bilateral unilateralmente rescindido.
- 116** Ultimado o ajuste de vontade referente a transação, por instrumento público ou particular, as cláusulas ou condições desse ajuste obrigam os contratantes, sendo impossível a qualquer deles o arrependimento unilateral.

Quanto à extinção das obrigações, julgue os itens que se seguem.

- 117** A dação em pagamento pode ser corretamente definida como um acordo entre o credor e o devedor para extinguir a obrigação, em virtude do qual consente o credor em receber coisa que não seja dinheiro, em substituição à prestação que lhe era devida.
- 118** Se ocorrer a confusão, ou seja, a reunião, na mesma pessoa, das qualidades de credor e devedor de uma mesma relação obrigacional, extingue-se a obrigação, independentemente de tratar-se de obrigação solidária ou de confusão parcial.

A respeito do direito das obrigações, julgue os itens seguintes.

- 119** As obrigações naturais podem ser corretamente definidas como aquelas que, em virtude de lei, não podem ser judicialmente exigidas; mas, uma vez cumpridas, não admitem a possibilidade de o devedor reaver o que pagou.
- 120** O abuso de direito é uma das fontes de obrigações. Sua caracterização não depende de violação formal a uma norma, mas de um desvio do agente de suas finalidades sociais, extrapolando as limitações impostas pelo ordenamento jurídico.

A respeito dos sujeitos do processo, julgue os itens a seguir.

- 121** Denomina-se denunciação da lide a legitimidade conferida a terceiro para que possa, como parte, demandar em nome próprio direito alheio.
- 122** A oposição pode ser deduzida pelo oponente somente contra o autor, somente contra o réu ou contra ambos, sendo que, na última hipótese, ocorrerá litisconsórcio necessário entre os opostos.
- 123** O detentor, tendo sido demandado em ação possessória, atua como substituto processual do possuidor, respondendo, em nome próprio, pela defesa de direito alheio.
- 124** Admite-se, nos procedimentos sumários, a denunciação da lide fundada em contrato de seguros.

Uma das mais significativas modificações no processo civil brasileiro refere-se à possibilidade de antecipação da tutela às partes. Em relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 125** O pedido de antecipação de tutela deve ser feito no próprio processo e independe de formalidades especiais.
- 126** A procuração geral para o foro não habilita o advogado a requerer a tutela antecipada, devendo a procuração ser outorgada pela parte com poderes específicos para tanto.

Quanto a recursos, julgue os seguintes itens.

- 127** Na hipótese de não haver sido interposto recurso voluntário contra sentença proferida contra a fazenda pública, não pode o tribunal, no reexame obrigatório, elevar a verba honorária fixada em primeiro grau em favor da parte vencedora da demanda, agravando, assim, a situação da fazenda pública.
- 128** O ato judicial que indefere a petição inicial antes da citação do réu não comporta recurso, porque a relação processual não foi aperfeiçoada pela integração do pólo passivo.

Acerca da responsabilidade civil, julgue o item abaixo.

- 129** Considere a seguinte situação hipotética.

A companhia de energia elétrica de um estado da Federação contratou, em regime de empreitada, a empresa Serviços Gerais Ltda. para a realização de serviços de manutenção e limpeza de linhas transmissoras de energia. Durante a execução do serviço, um dos empregados desta última, que cortava galhos de árvores próximos à rede elétrica, sem equipamento de segurança, caiu ao solo e, em consequência das lesões sofridas na queda, faleceu.

Nessa situação, os sucessores do empregado acidentado teriam direito a indenização a ser paga pela companhia de energia, concessionária de serviço público, que responderia objetivamente pelo dano.

Em relação à aplicação da lei processual no tempo, julgue os itens a seguir.

- 130** No que concerne a conflitos decorrentes do direito intertemporal, a solução adotada pelo direito processual é a mesma do direito civil. Assim, os conflitos das leis processuais no tempo são sempre dirimidos com base nas disposições do Código Civil.
- 131** A lei processual nova, em regra, é aplicada aos processos em andamento e atinge os atos processuais a serem praticados a partir da entrada em vigor da lei nova, conservando a validade dos atos praticados sob o império da lei revogada.
- 132** Os atos processuais já praticados em face da lei revogada fazem coisa julgada formal tão logo a nova lei entre em vigor, e por esse motivo conservam a sua eficácia.

No que concerne à execução, julgue os itens seguintes.

- 133** São impenhoráveis os bens hipotecados, dados em anticrese ou em penhor, exceto na hipótese de tratar-se de excussão movida por credor privilegiado.
- 134** A penhora não desconfigura o privilégio preferencial outorgado pela garantia hipotecária no momento da venda do bem em praça.

No que concerne a recurso, julgue o item abaixo.

- 135** A nova sistemática do agravo de instrumento, que passou a ser interposto diretamente na instância *ad quem*, retirou do juízo de primeiro grau a faculdade, que antes lhe era concedida, de exercer o seu juízo de retratação em relação à decisão agravada.

Relativamente à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2003 (LDO) e aos conceitos nela determinados, julgue os itens seguintes.

- 136** A LDO define as metas e prioridades para a administração pública direta e indireta, tanto em nível federal como em nível estadual.
- 137** Enquanto projetos são conjuntos de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e que visam à manutenção da ação do governo, operações especiais são conjuntos de operações que se devem realizar em um tempo determinado e que resultam em um produto que concorre para a expansão da ação do governo.
- 138** Violaria a LDO um artigo da lei orçamentária que destinasse recursos para atender a despesas com aquisição de automóveis para representação pessoal de diretores de órgãos integrantes do MEC.

Acerca da Lei Complementar n.º 101, julgue os itens subseqüentes.

- 139** Considerando que essa lei dispõe que a empresa controlada que firmar contrato de gestão em que se estabeleçam objetivos e metas de desempenho, na forma da lei, disporá de autonomia gerencial, orçamentária e financeira, é correto afirmar que esta disposição aplica-se tanto às empresas públicas quanto às sociedades de economia mista.

140 Quando acarretar aumento de despesa, a criação de um projeto que visa ao aperfeiçoamento da ação governamental deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro deste projeto no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois exercícios subseqüentes.

141 É nulo o ato que provoca aumento de despesa com pessoal quando ele ocasiona a inobservância do limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

142 A dívida pública representada por títulos emitidos pela União faz parte da dívida pública mobiliária.

Com relação a direito penal e a direito administrativo, julgue os itens seguintes.

143 Comete crime o agente público que dá causa à instauração de investigação administrativa contra um servidor público, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.

144 Não comete infração penal, mas apenas infração administrativa, o agente público que, nos 180 dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura, ordena a prática de ato que acarreta aumento de despesa total com pessoal.

145 Não comete crime de responsabilidade o prefeito que autoriza que seja destinada a programas de infra-estrutura parte dos recursos que o município recebe da União, em virtude de determinação legal, para custear atividades ligadas à educação.

A fundação de direito privado Fundação de Pesquisa Educacional (FPE) solicitou à União apoio para a realização de uma pesquisa acerca do impacto dos cursos de formação no desempenho dos professores. Considerando relevante o tema, a União e a FPE celebraram um acordo de cooperação por meio do qual o MEC contribuiria para a referida pesquisa mediante a transferência de recursos financeiros para a FPE, que seria responsável pela execução da pesquisa. O acordo também prevê que a fundação deve contribuir para o custeio da pesquisa com 5% do valor despendido pela União.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes.

146 O acordo descrito trata de um convênio em que a parte conveniente é a FPE.

147 No acordo descrito, é correto afirmar que a transferência de recursos financeiros feita pela União não caracteriza auxílio, mas contribuição.

148 A obrigação de a FPE arcar com 5% dos custos do projeto pode ser definida como uma contrapartida.

Acerca do direito administrativo, julgue os itens que se seguem.

149 Um consultor jurídico do MEC, ao indicar ao ministro da Educação que um determinado projeto viola a Constituição da República, não pratica um ato administrativo.

150 A edição de uma lei que proíbe o porte de armas em todo o território nacional não caracteriza exercício de poder de polícia administrativa.